



GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR

PROJETO DE LEI n. 386/2022

AUTORIA: DEPUTADO FELIPE SOUZA

RELATOR: DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Dispõe sobre a prioridade de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar no processo seletivo do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Estado do Amazonas.

I – RELATÓRIO

No dia 16/08/2022, o ilustre Deputado Felipe Souza apresentou Projeto de Lei Ordinária de n. 386/2022, que “DISPÕE sobre a prioridade de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar no processo seletivo do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Estado do Amazonas”.

A Justificativa do projeto encontra-se anexa e o presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, não tendo recebido quaisquer emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

Passo a emitir parecer criando juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposta legislativa em epígrafe tem como objetivo amparar as mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar, permitindo que elas tenham prioridade no encaminhamento à entrevista de emprego no processo seletivo do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

A violência contra as mulheres tem se tornado uma infeliz e brutal estatística





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

no nosso estado. Pois segundo dados de segurança pública, os casos de violência contra as mulheres aumentaram significativamente nos últimos anos, e um dos fatores que dificulta a denúncia da agressão, é a dependência financeira que muitas vezes a mulher tem com o agressor.

Trata-se de um problema que atinge ambos os sexos e não costuma obedecer a nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico e toda mulher tem o direito ao reconhecimento, gozar exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagradas em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos e das mulheres.

Segundo José Afonso da Silva, o princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades que compõem o Estado federal é o da predominância do interesse, pelo qual cabe à União legislar sobre aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional e, por fim, aos Municípios concernem os assuntos de interesse local. Outrossim, a teor do §1º do art. 25, são reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Carta Magna.

Desta feita, quanto à juridicidade, não se verificam desarmonias entre a matéria discutida no projeto e as regras jurídicas positivas e os princípios gerais de Direito, previstos explícita ou implicitamente na Constituição da República.

Segundo preceitua o art. 2º da Lei 11.340/06 (Maria da Penha), estabelece que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Lei 11.340/06)

Igualmente, no que tange à constitucionalidade, verifica-se que o tema tratado neste Projeto de Lei se situa no âmbito da competência legislativa comum, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, de proteção da cultura conforme art. 24, inciso XII, da Constituição Federal de 1988.





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

Com relação à competência para a iniciativa do processo legislativo, também não se vislumbrou óbices para a deflagração do presente projeto por membro desta Casa Legislativa, nos termos do art. 33 da Constituição do Estado e do art. 87, inciso I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Por fim, verifica-se que o inteiro teor desta proposição obedece às regras de boa redação e técnica legislativa, estando sistematizada e livre de obscuridade ou erros materiais.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando que a presente proposição tramita em conformidade com as atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, segundo os quais não vislumbro óbices à sua tramitação, **MANIFESTO VOTO FAVORAVEL** ao Projeto de Lei n. 386/2022.

É o parecer.

S.R. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 17 de março de 2023.

DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - DEPUTADO(A) - EM 30/03/2023 11:11:31
JORGE THIAGO CARVALHO ABRAHIM - EM 29/03/2023 11:45:31
ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - EM 29/03/2023 10:36:13
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 29/03/2023 10:00:08
MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 29/03/2023 08:56:22
CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 17/03/2023 10:23:48

